

MERCADO DE CRÉDITO

Nova modalidade de consignado privado terá taxas mais baratas do que as usadas no modelo vigente. Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, contratos atuais poderão migrar em até 90 dias

Empréstimo com juros a 2,5% ao mês

» RAFAELA GONÇALVES

A taxa de juros do novo empréstimo consignado voltado para o setor privado deve ficar em torno de 2,5% ao mês. Foi o que informou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A previsão é de que a modalidade de crédito seja lançada na primeira quinzena de março. De acordo com o chefe da equipe econômica, quem tiver tomado empréstimo mais caro terá 90 dias para migrar para a nova modalidade, que terá juros mais baixos.

“Esse juro cai pela metade. Nós vamos dar 90 dias, os 90 dias iniciais desse programa, para a pessoa trocar o empréstimo de 5,5% de juros por um de 2,5%”, disse o ministro ontem, em entrevista ao ICL Notícias.

Ele qualificou o programa como “estrutural”. “Nós podemos ter, nos próximos dias, uma coisa inédita no Brasil que é o consignado privado. Um trabalhador que trabalha numa grande empresa que tem convênio com o banco, ele consegue fazer o consignado da folha de pagamento”, destacou.

O consignado privado não é novo, existe desde 2003. Atualmente, a modalidade só é liberada para trabalhadores com carteira assinada em empresas que possuem convênio com instituições financeiras. Esse fator diminuiu consideravelmente o acesso,

já que os bancos não têm interesse no convênio.

Com a nova proposta, o empréstimo poderá ser solicitado diretamente pelo trabalhador, sem a necessidade de intermediação da empresa empregadora. Isso significa que, mesmo que o trabalhador mude de emprego, ele poderá manter o empréstimo, reduzindo os riscos para os bancos.

O novo consignado será concedido por meio do eSocial, plataforma do governo federal que permite que as empresas registrem e enviem informações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e tributárias. “Quer dizer, não importa onde a pessoa esteja empregada, você vai fazer o desconto do empréstimo dela a um juro muito menor, a menos da metade do que se paga hoje. Quando você olha para a Selic [taxa básica de juros], ela está em 13,25% ao ano, então esse trabalhador hoje está pagando 5,5% ao mês”, explicou Haddad.

Questionado se o programa não agravaria o endividamento das famílias, o ministro ponderou que a população já está endividada e pagando juros altos. “Então, independentemente da Selic, você estará fazendo algo para o bem da família brasileira. As vezes, o trabalhador nem sabe quanto está pagando de juro. Ele toma o empréstimo que precisa. O consignado no eSocial vai

Diogo Zacarias/Ministério da Fazenda



Segundo Haddad, o novo consignado, que valerá a partir de março, poderá ser adquirido direto no eSocial

permitir juros muito menores no empréstimo, não importa onde esse trabalhador esteja empregado”, afirmou.

A regulamentação deve ser formalizada por meio de uma Medida Provisória (MP). O plano do governo é que o anúncio seja feito após o carnaval. O crédito consignado privado será destinado exclusivamente a trabalhadores que possuem vínculo empregatício formal, ou seja, aqueles contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Para ser elegível, é necessário que o trabalhador tenha carteira

assinada e receba seu salário por meio de folha de pagamento. A expectativa é de que o novo consignado amplie o acesso ao crédito para cerca de 42 milhões de trabalhadores.

Garantia

De acordo com Rubens Neto, especialista em crédito consignado da Crédito Popular, as condições de garantia devem permanecer semelhantes ao sistema atual, permitindo o desconto de até 30% do salário no parcelamento e 10% do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

(FGTS). A proposta também está discutindo a possibilidade de um teto de juros para essa nova modalidade.

Além disso, o consignado privado deve poder coexistir com a opção de antecipação do FGTS, que permite ao trabalhador acessar uma parte do seu fundo de garantia antes do tempo. “É importante que o governo consiga pulverizar esse produto através dos correspondentes bancários para que o acesso a esse crédito chegue a todos os trabalhadores de carteira assinada do país por meio desse serviço”, avaliou Neto.

AVIAÇÃO

Azul deixa de voar em mais 14 cidades

» RAPHAEL PATI

A Azul Linhas Aéreas informou, em nota publicada ontem, que irá suspender as operações em 14 cidades, sendo quatro delas somente no estado do Ceará. Diante disso, os voos com destino a Crateús, São Benedito, Sobral e Iguatu já foram suspensos desde o último dia 13.

Segundo a empresa, as mudanças implementadas ocorrem devido a uma série de fatores. Dentre eles, cita o aumento de custos operacionais causados pela crise global na cadeia de suprimentos, a alta do dólar, que ultrapassou R\$ 6 no fim de 2024, e a disponibilidade de frota.

Nos municípios de Campos (RJ), Correia Pinto (SC), Jaguaruna (SC), Mossoró (RN), São Raimundo Nonato (PI), Parnaíba (PI), Rio Verde (GO), Barreirinha (MA) e Três Lagoas (MS), as operações se encerram em 10 de março. A cidade de Ponta Grossa, no Paraná, para de receber voos da Azul, pouco depois, no dia 31. Na mesma data, as cidades de Cabo Frio (RJ) e Caldas Novas (GO) passarão a ter operação sazonal nos meses de alta temporada.

“Como empresa competitiva, (a Azul) reavalia constantemente as operações em suas bases, assim como as possibilidades e necessidades de mercado, como parte de um processo normal de ajuste de oferta à demanda”, informou a companhia.

» Podcast | ALIEL MACHADO | DEPUTADO

Pauta verde na Câmara

» EDUARDA ESPOSITO

O deputado Aliel Machado (PV-RS), vice-líder do governo — auxilia na articulação, no Congresso Nacional, com a pauta da transição energética. Representante da Câmara no comitê interinstitucional sobre mudanças climáticas, Aliel foi o convidado da edição 172 do Podcast do Correio. Mudanças climáticas — tema que deve ganhar muita atenção do Congresso este ano —, exploração na margem equatorial — pauta defendida pelo governo federal e pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (UB-AP) e transição energética foram alguns dos temas tratados. A seguir, trechos da entrevista a Denise Rothenburg e Eduarda Esposito:

Qual é a sua avaliação sobre a pesquisa do petróleo na margem equatorial?

Nós já temos uma legislação ambiental que trata do assunto e tem regras para liberação. O que não pode ter é ignorância de se achar dono da pauta, quem quer que seja, e, dentro dessa discussão, querer impor a sua vontade. O diálogo precisa acontecer. Se existe de fato esse petróleo, quanto é? Onde está? Qual o impacto da sua exploração? Nós precisamos de informações e o que está se pedindo, agora, é autorização para pesquisa, para que a gente tenha subsídio para tomar uma decisão importante. Agora, não existe um lugar do mundo que se tenha uma riqueza como essa e se deixa, até porque não vai ficar sem explorar.

A pesquisa tem um peso importante na decisão, precisa ser realizada?

O que eu vejo da cobrança do presidente Lula é que se arrasta há muito tempo, esse pedido. Assim como nós temos uma preocupação que o mercado de

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Aponte a câmera para ver a íntegra do podcast com o deputado Aliel Machado

carbono traga condições econômicas para a gente manter, a gente pode ter, a partir da margem, os recursos para financiar a transição energética que não custa pouco. Entendo que não se pode ter aqui um fechamento de questão em que a ignorância predomine.

Sobre as mudanças climáticas, o senhor acredita que o Congresso adquiriu maturidade para aceitar a realidade e discutir o tema, sem ideologia?

O prejuízo das mudanças climáticas acontece em várias áreas. A discussão da

implementação do mercado de carbono teve a participação efetiva dos bancos, da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O debate aconteceu com as comunidades indígenas e com o agronegócio, porque o meio ambiente é o lugar onde todos nós vivemos. É justamente pela participação desses segmentos que a gente está conseguindo avançar em pautas importantes, como o mercado de carbono, que nada mais é do que trazer o debate ambiental junto com a pauta econômica. Dentro da lei há recompensa financeira quando atendido às metas estabelecidas e incentivo para a proteção ambiental. Há também o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten), um programa de incentivo com as empresas nacionais. Foi aprovado um projeto de lei, em que os recursos específicos dessas empresas, dívidas com o governo, podem ser utilizados para transição energética. O incentivo é uma ação em conjunto do governo com o setor produtivo. E no Congresso, temos várias outras ações importantes.

Feijoada PRÉ-CARNAVAL

Viva Brasília & izzi wine garden

AMANHÃ

23.FEV.13H

IZZI WINE GARDEN
PONTÃO DO LAGO SUL

A coluna **Viva Brasília**, do **Correio Braziliense**, e o **Izzi Garden** preparam um pré-Carnaval inesquecível, com boa música, uma deliciosa feijoada e o visual incrível à beira do lago. E para garantir a animação, a **Banda Coisa Nossa** traz o melhor do samba e pagode.




INGRESSOS LIMITADOS NO SYMPLA.COM.BR GARANTA JÁ O SEU!


